



## **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DINAMIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS – A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES LOCAIS.**

Sergio de Andrade Pinto<sup>1</sup>

**O presente trabalho trata de discutir a importância do envolvimento dos diversos atores culturais da comunidade local na participação do processo de formulação das políticas públicas para este setor, em especial diante das novas perspectivas e diretrizes políticas do atual Governo Federal, trabalhando, nessa concepção, conceitos básicos sobre conselhos gestores de cultura.**

A participação social na formulação de uma nova proposta de política cultural tem sido um dos principais focos do Governo Federal. A implantação de diversas propostas desse governo tem buscado articular e ampliar a relação dos entes da federação no processo de formulação de políticas públicas para o setor, e estimulado a participação social na formulação dessas políticas – a criação Sistema Nacional de Cultura, a realização da Conferência Nacional de Cultura e a instalação do Conselho Nacional de Políticas são os maiores exemplos dessa orientação política do Governo. Verifica-se que a necessidade de existência de instâncias para debates e deliberação é fundamental para a adoção de um novo modelo de formulação política para o setor, com a capacidade de impulsionar não apenas o consumo cultural da elite, mas adotar políticas culturais que preservem a identidade, a diversidade e os processos de construção simbólicos locais.

Pode-se afirmar que a importância da cultura no processo de desenvolvimento social, fazendo-se ampliar o escopo da cidadania, tem sido uma das características fundamentais da política do Governo Lula para o setor cultural. É nela que se revela a confirmação de valores e identidades de um povo, como considera Francisco Ferron<sup>2</sup>:

*“A cultura não pode ter apenas a dimensão de resistência ou do residual: sua dimensão mais rica centra-se na construção do futuro”.*

---

<sup>1</sup> Servidor do Ministério da Cultura – sergio.pinto@minc.gov.br

Nesse aspecto, observa-se que a própria dinamização do processo cultural delinea-se conjuntamente com a ampliação e o desenvolvimento de um processo participativo para a formulação e execução das atividades no setor, voltando-se para inclusão do cidadão na vida em comunidade por meio da reflexão social. O desenvolvimento de um processo de ampla participação, portanto, é fundamental para o êxito do desenho institucional que se delineia.

Desse modo, o debate de fortalecer o processo participativo na criação de políticas para o setor cultural, considerando o fato de que dele se revelam diversos atores da sociedade, tem adquirido intensidade no contexto de estudos e desenvolvimento de políticas culturais. Em sua recente dissertação sobre as políticas culturais desse governo Paula Félix dos Reis<sup>3</sup> cita que:

*“O desenvolvimento de formulações para a cultura deve levar em conta a complexidade do sistema cultural e estar atualizada quanto às transformações e processos”.*

Pode-se considerar que uma das principais características do processo cultural é ampliar o debate e a participação social. Portanto, não se trata apenas de envolver aqueles que participam do processo de criação, mas sim, buscar um alcance mais amplo, tanto com aqueles que tratam da produção cultural, como daqueles que usufruem dessa produção. Estende-se o alcance da participação, demonstrando a sua importância nas políticas públicas. Assim, estimular formas de participação dos atores sociais no espaço público de Governo é essencial para a continuidade da democratização da formulação e execução das políticas públicas de cultura.

No Brasil, a adoção da cultura como tema relevante no cenário sócio-político envolve diretamente a correlação essencial do próprio desenvolvimento econômico e social. A forma de ocupação do país, através de seus ciclos econômicos – seja na ocupação do sertão nordestino da cultura da cana de açúcar; da exploração da Zona da Mata; ou das correntes migratórias em busca de riqueza nos ciclos da borracha, do ouro e do café que – definiram grande parte da forma de ocupação do território. Destaca-se que, tendo no eixo rural a principal característica de ocupação econômica, o reflexo desse processo esteve diretamente presente na estruturação da sociedade, que se definiu

---

<sup>2</sup> FERRON, FRANCISCO (2000), Produção de Consumo: meandros e perspectivas

<sup>3</sup> REIS, PAULA FÉLIX DOS – Monografia: Políticas culturais do governo Lula/Gil: análise do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura, Salvador, 2008

a partir de modelos culturais próprios, impregnados na relação social. Portanto, muito dos padrões culturais das sociedades encontraram na especificidade local o conjunto de padrões de comportamento.

Por outro lado, a mudança do eixo do desenvolvimento econômico e social para as cidades, a partir da urbanização exigida pela industrialização, trouxe transformações que refletiram em uma completa mudança no cenário cultural, e das questões relativas a esse tema. O reflexo direto é que as propostas de valorização estética na aceitação e incorporação das culturas populares, juntamente com o estabelecimento de uma indústria cultural no país, faz com que a participação do tema cultura tenha se ampliado no contexto das políticas públicas de Estado.

Assim, no início do século, a industrialização e a urbanização trouxeram transformações e mudanças que no setor cultural se traduziram na busca da ampliação dos valores das tradições populares e o advento da valorização dos signos, manifestações e celebrações da cultura popular, mudando a percepção artística, e a política dos agentes de cultura – principalmente do circuito da cultura erudita, valorizando e fomentando formas de expressões mais populares. Tais transformações foram diretamente responsáveis pelo surgimento, transformação e aproximação dos componentes da esfera cultural. Há de se comentar que, em princípio, muito do desenvolvimento das propostas e conceitos que impregnaram as políticas culturais partem do circuito cultural erudito, que trata da produção de bens culturais com a valorização de atributos estéticos específicos.

Assim, nota-se que, principalmente no que tange a participação do ativismo cultural, a identificação da necessidade de um caráter nacional para o povo estabeleceu a relevância da criação de uma identidade nacional, delineando a relação entre a cultura popular e a erudita. Como o circuito da cultura popular trata da “produção de bens simbólicos de não especialistas para não especialistas”, impõe-se a ausência da competência formal, sendo a presença inicial dessa cultura erudita para aceitação desse novo padrão estético fundamental. Portanto, pode-se inferir que muito da valorização da cultura popular dependeu de um valor simbólico erudito, e da própria participação de setores da cultura de elite presentes na formulação política, que fazem parte dessa particularidade do conjunto de peças que envolveram o desenvolvimento da cultura no país.

---

Em verdade, a grande participação de homens do setor cultural brasileiro provém da sua participação na elite social e na máquina do Estado que, mesmo com posições políticas distintas daqueles que detém o poder, sustentaram um modo peculiar de relação que, em diversos momentos se demonstrou em um sistema de tensão da relação dos intelectuais e artistas com o poder do estado, e de elaboração das políticas culturais adotadas. O que se percebe, no entanto, é que muitos dos agentes que se envolvem em salvaguardar a riqueza material e simbólica nacional, tem pertencido aos quadros da administração pública, tornando facilitado o trânsito na esfera político administrativa. Portanto, a participação social no processo de envolvimento das políticas de cultura envolveu diretamente o estado, sem que se fosse estimulada uma participação mais ampla da sociedade cultural em si.

Nota-se, ainda, que a legitimação da cultura se dá a partir de um Estado totalitário, mesmo em contraposição a uma elite cultural, que tradicionalmente demonstrava um ativismo político pouco condizente com esse tipo de regime. A Geração Folclorista, por exemplo, tem importância fundamental na eleição da cultura popular como fundamento de diversas de atividades intelectuais e culturais partidárias (cinema novo, teatro de arena, centros populares de cultura da UNE, literatura regionalista, crescimento dos movimentos partidários, movimentos camponeses...), a despeito do cunho ideológico de suas posições.

O que ocorre é que a concepção de cultura como totalidade de práticas, fazeres e saberes pertencentes a um grupo social foi se incorporando ao esboço de políticas públicas de cultura desde o advento da industrialização, sendo que a formação da indústria cultural brasileira tem tido a contribuição decisiva do estado, principalmente na industrialização do consumo simbólico, e na adoção da cultura como parte de um mecanismo educacional de nacionalização das consciências e da formação da identidade nacional. Enfim, configura-se um novo desenho e vislumbra-se um novo modelo de formulação política, com a inevitável ampliação da participação da sociedade cultural e de seus diversos atores.

Já nos anos oitenta, o arcabouço jurídico tributário da adoção de um fundamento legal baseado nas chamadas “leis de incentivo fiscal” passa ser a forma preponderante do Governo Federal em atuar no fomento do setor cultural, servindo, inclusive, como modelo para outros entes governamentais. Somente o mecenato, por exemplo, nos

últimos 10 anos (1996 – 2006) passou de 482 para 2.813 projetos apoiados<sup>4</sup>, ou seja, um aumento de 6 vezes no número de projetos apoiados. Portanto, é evidente que a importância e influência da instituição de instrumentos desse tipo tem sido fundamental para mudar o quadro de investimento no setor cultural.

É interessante notar que existe não apenas um direcionamento de recursos para o setor cultural, mas também uma nova concepção para a aplicação de políticas públicas no setor. A configuração de centralismo do governo se desloca para uma concepção mais de fomento e de realizador indireto. Então, o Estado deixa de ser o principal empreendedor e promotor das atividades culturais, atuando mais como um instrumento de estímulo ao desenvolvimento do setor e abandonando a formulação de políticas. As leis de incentivo tornam-se indutoras das empresas para investirem em projetos culturais, dando a estas livre arbítrio para a escolha das propostas. Nota-se, desse modo, que essa tríade composta do Estado (Governo Federal), Sociedade Civil (produtores, artistas, etc...) e empresas investidoras, mudam a concepção e a forma de definição das políticas de cultura. O fato é que a instituição das leis de incentivo, com um novo desenho jurídico para o investimento no setor, fez com que houvesse uma maior aproximação das empresas com o setor cultural. Aproximação que, inclusive, vem impulsionar a economia da cultura no Brasil, e fortalecer o desenvolvimento de um circuito de consumo de bens simbólicos nacional.

Apesar do grande impulso que se deu no mercado cultural, a adoção do modelo de investimento em cultura do período tem ser criticado no que tange a uma efetiva política pública. A completa ausência do Estado no direcionamento dos recursos, que, em muitos casos, provinha de empresas do setor estatal, faz com que ocorra uma concentração de aporte de recursos em pequenos grupos de produtores da classe artística. A égide de intervenção estatal no processo criativo, juntamente com a concepção do modelo neoliberal adotado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, torna-se uma justificativa para a centralização de recursos e o afastamento da democratização do acesso a definições políticas, tanto da aplicação dos recursos no mercado cultural, ou qualquer tipo de projeto com consistência suficiente para estimular o desenvolvimento do setor.

Cabe-nos destacar, entretanto, que mesmo com a mudança do tratamento a política cultural do governo atual, ocorre uma consolidação das Leis de Incentivo como

---

<sup>4</sup> fonte: Sistema de Apoio a Lei de Incentivo à Cultura - SALIC

forma fomento da Economia da Cultura, fortalecendo o investimento em cultura. O que se cogita é a necessidade de reformulação da proposta para que os recursos possam ser redirecionados para grupos e regiões que ainda não tem acesso a estes, com a possibilidade de discussão e envolvimento dos atores da sociedade.

Discute-se, então, a importância de uma nova delimitação do campo de atuação da política pública de cultura, bem como a sua participação na concepção de Estado e da elaboração das políticas sociais. Pode-se afirmar que, atualmente, o tema cultura está relacionado a todos os campos de governo que tem o aspecto da cidadania como foco. Essa percepção de cultura justifica o direcionamento na elaboração das políticas públicas do setor para a dinamização da cultura por valores internos e da produção simbólica, bem como na construção de identidades coletivas, levando em conta dois aspectos: a preocupação com os valores sociais do modo de viver, e a importância na sua capacidade de geração de renda e empregos<sup>5</sup>.

Dessa forma, a valoração do “modus vivendi”, implícito no conceito de cultura, faz confirmar a permeabilidade da temática cultural e a sua importância para a construção de um processo de desenvolvimento social efetivamente voltado para a cidadania. A consolidação de uma política, em muitos casos, se dá na reafirmação de valores coletivos em proposições mais pontuais e pragmáticas. Ou seja, conjugando um projeto de proposta específica com uma iniciativa de cunho cultural.

A política cultural, neste aspecto, torna-se de aplicabilidade mais eficiente do ponto de vista do nível municipal, enquanto que a nível federal não se consegue atender as necessidades do setor, sendo este um agente mais eficiente como facilitador, captador e direcionador de recursos. Por outro lado, a capacidade de um governo central em delinear as direções e caminhos de uma política pública tem se demonstrado importante na fixação de uma nova concepção para o setor cultural. Trata-se, na verdade, de um importante desafio do Governo Lula, reassumir a função de órgão formulador de políticas culturais<sup>6</sup>, com novas propostas e diretrizes, através do envolvimento social e da adoção de uma compreensão da acepção de cultura. Nesse sentido, o que se busca é a interação cultural de um povo, que se realiza pela expressão do artesanato, pelo movimento do ator, pelo soar de instrumentos, pelas cores das pinturas

---

<sup>5</sup> DA SILVA, FREDERICO A. BARBOSA, Textos para Discussão – Os Gastos dos Três Níveis de Governo e a Descentralização, Brasília, Diretoria de Estudos Sociais/IPEA, Brasília 2002, p. 07.

<sup>6</sup> REIS, PAULA FÉLIX DOS – Monografia: Políticas culturais do governo Lula/Gil: análise do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura, Salvador, 2008

que são feitas por cidadãos que vivem na apreciação dos valores da comunidade o seu principal objeto.

Ao se considerar uma evolução social qualitativa não se pode fazer diferença entre desenvolvimento econômico, cultural, tecnológico, etc... A evolução de um grupo social deve ser plena, senão o desenvolvimento, na sua acepção mais notável, não ocorre. Envolver todos os aspectos do desenvolvimento é o grande desafio da sociedade atual. Nesse ponto, a cultura é parte essencial, pois é um componente essencial de ampliação da qualidade de vida. Na visão de Hamilton Faria<sup>7</sup>, é dela que emanam propostas que resgatem a criação da identidade, envolvendo grupos sociais, mapeando a cultura e buscando raízes dentro do território. A Cultura é a impulsionadora do desenvolvimento local, pois fornece qualidade de vida.

O mesmo Hamilton Faria<sup>8</sup> destaca, ainda, a importância da cultura como fator de desenvolvimento por ser estratégica para transparência da ação pública e renovação política como resultado da ação dos grupos e movimentos sociais. A cultura é a alavancadora do processo social, fomentando a discussão e integração das partes, dando consciência a um cenário mais amplo. Para ele, o desenvolvimento local vai de encontro aos valores de pensar, criar, agir, imaginar e sonhar a liberdade, e, definitivamente, sem qualquer desses valores não há um pleno desenvolvimento.

Apesar da grande mudança de concepção da Política Cultural adotada por esse governo, os reflexos e avanços nos diversos setores da economia da cultural e das produções simbólicas setoriais, representada pelos diversos segmentos artísticos, ainda tem sido bastante tímidos. Os progressos nos processos de formulação e implantação das políticas ainda se mostram pouco eficientes para o trato com as necessidades de alavancar o desenvolvimento do processo cultural. Nesse ponto, devemos relatar que não apenas o estado deve fazer parte desse processo, mas o envolvimento dos setores da iniciativa privada e da sociedade cultural são fundamentais.

Fica claro, nesse ponto, que o atual governo vem inovando a forma de atuação do poder público na questão cultural. Assume-se um novo conceito de cultura para o estado (o conceito antropológico de cultura), e se faz valorizar a cidadania e a

---

<sup>7</sup> FARIA, HAMILTON e NASCIMENTO, MARIA ERCILIA, Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo – Desenvolvimento Cultural como Desafio, Revista do Forum Intermunicipal de Cultura e Instituto Polis, Pólis, 2000, p. 07

<sup>8</sup> FARIA, HAMILTON e NASCIMENTO, MARIA ERCILIA (2000), Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo – Desenvolvimento Cultural como Desafio, Revista do Forum Intermunicipal de Cultura e Instituto Polis, Pólis, 2000, p. 07

participação popular. Essa postura fica bem clara, principalmente em se tratando das seguintes ações: publicação de editais para escolha dos projetos a apoiar; realização de uma conferência nacional para instauração de um processo participativo para formulação da política do setor; instalação de um Conselho Nacional de Política Cultural em dezembro de 2007, com ampla participação da sociedade civil; estruturação de um Sistema Nacional de Cultura; a criação de programas que envolvem a sociedade e fazem com que ela se “introjete para dentro” do Ministério da Cultura; entre outros.

Entretanto, as ferramentas que envolvem os mecanismos de apoio e fomento à cultura, por parte dos governos e da iniciativa privada, ainda, não tem acompanhado esses avanços. Ainda existe uma grande concentração da aplicação de recursos nas regiões sul/sudeste do país, com privilégio a grupos no recebimento de investimentos e na realização de propostas culturais. Muitos daqueles que procuram desenvolver ações culturais não conseguem acesso ao burocrático processo de apoio a projetos que os governos oferecem, em especial em se tratando de Governo Federal.

É certo que o grau de organização social e disponibilidade de recursos, nos estados mais desenvolvidos faz com que estes levem uma certa vantagem sobre aqueles que não conseguem se preparar adequadamente para este processo. Entretanto, a própria condição de participação e envolvimento da sociedade que o setor cultural possui é um fator que pode modificar essa situação. O agente cultural tem a capacidade, através da sua proximidade com a localidade, de envolver, disseminar e conscientizar a sociedade para que esta possa se envolver no processo de produção cultural, aprendendo e evoluindo nos conceitos e formas de trabalhar. Muitas vezes a maior estrutura do Governo Federal, pelo simples afastamento, não consegue atingir a proximidade com a comunidade.

Em verdade, o que se deve levar em conta é a necessidade de enriquecimento do processo participativo, com a presença da comunidade cultural na definição da política pública. Nesse ponto, a própria atuação do Sistema Nacional de Cultura (com o incentivo à instalação de conselhos gestores municipais, na discussão de políticas setoriais de cultura), conjuntamente com o processo de realização de debates sobre diretrizes nacionais para a política cultural (tanto na realização da Conferência Nacional de Cultura, como na criação do Conselho Nacional de Política Cultural), vêm

a necessidade de fortalecer as ferramentas de produção cultural, bem como a criação e o envolvimento de novos setores da sociedade com a cultura.

Particularmente, no que envolve o Sistema Nacional de Cultura, o Ministério da Cultura vem estimulando a criação desses instrumentos mediadores na relação sociedade e estado, estando previsto na cláusula Quarta: dos compromissos pactuados, inciso b, do Protocolo de Intenções firmado pelo Ministério da Cultura com cerca de 2.000 municípios,

*“a implantação de conselhos de política cultural instalados e em funcionamento nas respectivas esferas de competência”.*

No período de 2005 a 2006, quando iniciou-se o processo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura, foram criados 313 novos conselhos municipais de cultura, enquanto que no período de 1998 a 2004, foram criados 431 conselhos. A média anual de implantação passou, portanto, de 61,57 para 157,5 conselhos por ano. Mais impressionante é que destes, cerca de 63,25% foram implantados em municípios que encaminharam a solicitação de adesão ao SNC, através do protocolo de intenções com o Ministério da Cultura, significando que não existe apenas a intenção de se criar esse instrumento de participação, mas também de se envolver em um processo maior de formulação de política cultural.

O que se deve considerar é que a constituição de novos espaços de participação, como conselhos gestores, deve sempre tomar cuidado de não se tornar espaços para perpetuar práticas pouco participativas. O estudo sobre conselhos de saúde: Empoderamento e Recursos para a participação em Conselhos Gestores<sup>9</sup>, por exemplo, aponta que

*“temos observado, em muitos casos, é o uso deste espaço, dito democrático, de modo contrário, perpetuando práticas como a manipulação, o clientelismo, a troca de favores, a cooptação, etc., as quais inviabilizam a democracia.*

De fato, a criação de espaços que não privilegiem o debate público, com uma participação efetiva de todos os segmentos sociais, somente ampliará a manutenção de um “*status quo*”, não interessando ao estímulo de uma nova dinâmica cultural.

O município, então, traz consigo o papel fundamental de propiciar esses espaços e fomentar a discussão sobre as propostas culturais. Esse espaço, quando

institucionalizado através de conselhos ligados ao governo local tem trazido legitimidade e força política a proposta.

Neste sentido, os conselhos gestores são instrumentos de expressão, representação e participação que, em tese são dotados de potencial de transformação política. São entidades representativas, vinculadas ao poder público que, se efetivamente representativos, podem imprimir um novo formato ao processo de formulação e implantação das políticas e do processo de tomada de decisão<sup>10</sup>. Os conselhos, são espaços de explicitação dos conflitos e da vivência democrática, requerendo que estes sejam efetivamente trazidos para a cena pública. Em verdade, busca-se a criação de uma nova relação institucional para estimular a participação dos diversos segmentos sociais nas políticas públicas. Os conselhos devem, portanto, refletir o fruto das demandas populares e das pressões da sociedade civil no processo democratização do país.

No caso do setor cultural, a estrutura de um conselho deve compreender a complexidade das diversas características da sua composição político-social, pois a cultura se demonstra presente em diversos atores que devem ser entendidos pelos processos em que estão envolvidos. A importância da cultura para o processo cidadão e a cidadania cultural devem se traduzir nas políticas públicas elaboradas para o setor e o seu efeito na dimensão do desenvolvimento da nação. Portanto, fazer representar os valores culturais, os processos de criação, a difusão, o consumo das artes e os valores éticos da sociedade é fundamental, e tem que estar traduzidos no modelo de gestão propostos em um conselho municipal de cultura.

Neste ponto, o grande debate no papel dos conselhos de cultura volta-se para as atribuições que esse assume perante o poder público, enfrentando-se a questão de delimitar, dentro das características da localidade e do grupo social que atende, a imputação do caráter consultivo ou deliberativo. É possível que o Conselho possa deliberar a respeito de alguns temas, enquanto em outros seu papel é apenas consultivo. Tanto as deliberações como as consultas podem ser facultativas ou obrigatórias, mas estes conceitos devem se basear no princípio da transparência e democratização da

---

<sup>9</sup> WENDHAUSEN, ÁGUEDA L. P e BARBOSA, TATIANE MUNIZ e BORBA, MARIA CLARA DE - Revista Saúde e Sociedade, v. 15 (2006) – Empoderamento e Recursos para a participação em Conselhos Gestores, p. 131-144.

<sup>10</sup> GOHN, MARIA DA GLÓRIA – Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores (2006), p. 175 – 201.

gestão cultural, constituindo-se em uma instância permanente de intervenção da sociedade civil na política cultural.

A importância do tema, portanto, se dá no próprio resultado das políticas a serem implantadas. Estabelecer limites que permitam que os debates advindos dos espaços de participação popular e possam ser acatados pelo poder público, sem que se retire a autonomia deste em elencar projetos que se considere importante, é uma contenda a ser enfrentada. Avaliar os prós e contras das diversas naturezas dos conselhos é um passo que se deve dar no próprio fortalecimento dessas instituições.

De qualquer forma, o que se deve evitar é que se chegue a um modelo que leve ao engessamento ou descrédito do processo. A adoção de uma natureza meramente consultiva, por exemplo, pode desacreditar todo o conjunto dos papel do conselho, na medida que não obriga a execução das suas proposições. Por outro lado, a obrigatoriedade do cumprimento de todas as suas deliberações pode levar a uma “ditadura” política de determinados grupos que “controlam” o conselho.

Portanto, ao se pensar uma estruturação de um conselho local deve-se entender que este deve ser o interlocutor com a comunidade, sendo os seus representante oficiais voltados para atender minimante os objetivos de controle e fiscalização dos negócios públicos. Desse modo é imprescindível que sejam criados mecanismos que lhe garantam: o debate político, com ampla participação da sociedade local; estabelecimento de limites e das possibilidades decisórias do conselho; instrumentos para o bom cumprimento das decisões e proposições elaboradas pelo conselho; ampla discussão sobre o orçamento e suas origens; articulação com outros conselhos, entidades públicas e sistemas, com a finalidade de coordenar ações.

Enfim, o caminho traçado delinea uma nova proposta de atuação do estado, com um envolvimento direto do Governo Federal, tanto através do Sistema Nacional de Cultura, como pelo desafio da elaboração de um Plano Nacional de Cultura, que no seu processo de debate, necessariamente terá de discutir o modelo de concepção política. Um novo pacto federativo deve se estruturar, refletindo-se na forma de formulação e acompanhamento das políticas de cultura dos diversos níveis da administração pública. Surge o ponto de partida para a reformulação do setor cultural, na medida em que um modelo de gestão que possa atender ao desenvolvimento do setor pressupõe a formação de instâncias participativas que possam envolver a comunidade local nesse processo.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

SILVA, FREDERICO A. BARBOSA DA, Política Cultural no Brasil 2002 – 2006, Acompanhamento e Análise, Ministério da Cultura, Brasília, 2007.

SILVA, FREDERICO A. BARBOSA DA, Economia e Política Cultural: Acesso, emprego e financiamento, Ministério da Cultura, Brasília, 2007.

CUNHA FILHO, FRANCISCO HUMBERTO (2004), Cultura e Democracia na Constituição de 1988, Rio de Janeiro: Editora Letra Legal, 2004.

FARIA, HAMILTON e NASCIMENTO, MARIA ERCILIA (2000), Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo- Desenvolvimento Cultural como Desafio, Revista do Forum Intermunicipal de Cultura e Instituto Polis, Pólis, 2000.

FERRON, FRANCISCO, Produção de Consumo: meandros e perspectivas, São Paulo, 2000.

IPEA, Gastos Culturais dos Três Níveis de Governo e a Descentralização, Frederico A. Barbosa da Silva/2002 Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, Brasília, IPEA 2002.

IPEA, Boletim Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise Nº 6, Diretoria de Estudos, Sociais, Brasília, IPEA, Fevereiro – 2003.

IPEA Boletim políticas sociais – acompanhamento e análise Nº 7, Diretoria de Estudos Sociais, Brasília, IPEA . Agosto – 2003.

DA SILVA, FREDERICO A. BARBOSA Textos para Discussão – Os Gastos dos Três Níveis de Governo e a Descentralização, Brasília, Diretoria de Estudos Sociais/IPEA 2002.

MEIRA & GAZZINELLI (2005) O Sistema Nacional de Cultura, Márcio Meira, Gustavo Gazzinelli, Caderno de Propostas da 1ª Conferência Nacional de Cultura, 2005.

MACHADO, B. N. da M., Desenvolvimento cultural e planos de governo. São Paulo: FIC/Instituto Polis, 2000.

FRANCO, AUGUSTO DE, Investindo no Capital Social, AED, Brasília, 2004.

FRANCO, AUGUSTO DE, Três Gerações de Políticas Sociais, Separta da Revista Aminoácidos 5, AED, Brasília, 2003.

SMANIO, GIANPAOLO POGGIO, Interesses Difusos e Coletivos, 6ª Edição, Editora Atlas, São Paulo, 2004.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA – Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores, São Paulo, 2006

WENDHAUSEN, ÁGUEDA L. P e BARBOSA, TATIANE MUNIZ e BORBA, MARIA CLARA DE - Revista Saúde e Sociedade, v. 15 – Empoderamento e Recursos para a participação em Conselhos Gestores, São Paulo, 2006

MINISTÉRIO DA CULTURA, Plano Nacional de Cultura – Diretrizes Gerais, Brasília (2007)